

## NOS INTERSTÍCIOS DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO: PAUL RICOEUR E A ESCRITA DA HISTÓRIA

JOACHIN DE MELO AZEVEDO S. NETO\*

**Resumo:** A proposta deste texto é elaborar uma discussão, dentro dos limites impostos pela formatação de um artigo ensaístico, sobre as principais contribuições do pensamento do filósofo francês Paul Ricoeur em relação a questões como a dimensão ética que deve permear a escrita da História, bem como outras, de ordem metodológica, como os procedimentos adotados pelo historiador diante da necessidade de interpretação das fontes e testemunhos de uma época. Diante das tensões contemporâneas verificadas no campo da Historiografia entre os adeptos do ceticismo, dito pós-moderno, e aqueles que reivindicam um regime de verossimilhança em relação ao passado representado pelo historiador, podemos perceber como uma re-aproximação entre História e Filosofia, feita na esteira do pensamento de Ricoeur, pode oferecer soluções variadas para os diversos impasses oriundos da indisposição entre narrativa e tempo, estilo e História, arte e vida realizada pelos adeptos do nominalismo linguístico.

Palavras-chave: Memória, esquecimento, Historiografia, Paul Ricoeur.

O principal foco deste texto é discutir como as incursões feitas pelo filósofo da linguagem Paul Ricoeur ao campo da História fornece um novo fôlego para os debates sobre ética, veracidade e narrativa historiográfica. No campo da Historiografia contemporânea, existe um consenso, entre vários pesquisadores do tema, de que a quase inexistência de reflexões teóricas sobre a escrita de História, durante o século XX, é uma das causas que favoreceram a disseminação de teses que reduziram o ofício do historiador, pautado em uma série de procedimentos qualitativos e quantitativos de pesquisa, a uma atividade meramente retórica, semelhante à praticada pelos sofistas na Grécia Antiga.<sup>1</sup>

Se durante o final do século XIX, houve um esforço descomedido para que o diálogo entre filosofia e história fosse silenciado – na Alemanha, por meio de Ranke e

---

\* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Doutorando em História Cultural (Bolsista pela CAPES). Contato: joaquimmelo@msn.com

<sup>1</sup> Em uma obra recente, Luiz Costa Lima, renomado estudioso da literatura, ao perguntar-se sobre a escrita da história, chama a atenção para fato de que na época do surgimento do primeiro *hístora* – Heródoto – uma fronteira bastante nítida já estava traçada em relação aos poetas épicos: se estes narravam os fatos por meio da inspiração das musas, já a escrita da história “surge com a premissa de registro da verdade” (LIMA, 2006 : 88). De forma cautelosa, Costa Lima adverte que a concepção de verdade predominante era aquela gerada a partir do ponto de vista grego.

na França por parte dos fundadores da *Revue Historique*, como Monod e Seignobos – para que a História pudesse receber o estatuto de conhecimento autônomo e científico, na contemporaneidade torna-se necessário a ressignificação desse diálogo para que algumas das críticas tecidas ao regime de cientificidade do conhecimento histórico, pelos adeptos da virada lingüística, no século XX, possam ser refutadas.<sup>2</sup> Assim, abordando a escrita da história a partir da ótica da filosofia da linguagem, motivado, sobretudo, por inquietações de ordem ética, Paul Ricoeur trouxe a tona para esse debate conceitos e posicionamentos que podem auxiliar os historiadores a resolverem diversos impasses próprios dessa forma de saber.

No conjunto de escritos que englobam os três volumes de *Tempo e narrativa*, Ricoeur expôs alguns exercícios de reflexão bastante sofisticados sobre a relação entre o tempo na natureza, o tempo humano e o tempo construído pela escrita do historiador. Segundo o filósofo, o tempo humano é marcado pela finitude, pela morte e pela própria consciência dessa presença constante do fim. O tempo da natureza é o tempo físico, cosmológico, que abriga o não-vivido; como o movimento dos astros e a velocidade da luz. Tendo noção de que a experiência temporal é finita, os seres humanos organizaram o tempo do calendário. O calendário visa conferir significados, organizar e dotar de sentido as relações entre o tempo da consciência e o tempo da natureza. Por meio do calendário as experiências humanas podem ser datadas e dispostas em uma sequência cronológica linear, pois este artefato possui a função de mediar à relação entre o passado, através de memórias e recordações, com o presente e de estabelecer uma tentativa de racionalizar o futuro, através da espera.

No ensaio *O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível* (2005), José Carlos Reis enfatiza que diante do compromisso com o vivido humano, o maior temor nutrido pelos historiadores é o de cometer anacronismos, ou seja: situar existências finitas e particulares em um tempo que não lhes pertencem. O trabalho básico, portanto, de um historiador consiste em articular

---

<sup>2</sup> Segundo José Carlos Reis, em *A História, entre a filosofia e a ciência*, para Ranke, qualquer reflexão teórica seria nociva para o ofício do historiador e tornaria inviável o ideal de neutralidade que o historiador deveria atingir através da coleta e evidenciação de documentos que seriam reflexos da veracidade dos fatos. No caso da França, a História, enquanto modalidade de escrita, deveria ser neutra e imparcial e a palavra método tornou-se no elemento que “distinguiu a história da literatura” (REIS, 1996 : 17). Aos historiadores franceses, do século XIX, também restaria à tarefa de educar as novas gerações por meio de ideais cívicos, como o patriotismo e outras formas de doutrinas ligadas a interesses estatais de homogeneidade nacional.

diálogos entre gerações. Trata-se de mapear as rupturas de comportamentos, as mudanças de costumes, mas também de analisar como distintas gerações velam pelas tradições, pelas continuidades. A escrita da história seria um elemento mediador entre vivos e mortos, embasado na interpretação e problematização de vestígios encontrados em acervos, arquivos, bibliotecas etc.

A narrativa que o historiador constrói busca compreender os feitos humanos em diferentes contextos temporais. Assim, segundo Ricoeur, o historiador faz o papel de intercessor entre as inquietações vividas no presente e a morte, ou seja, com aquilo que já sucumbiu e habita os domínios do passado, pois “as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas” (RICOEUR, 1994 : 116). A escrita historiográfica tem, portanto, particularidades que possibilitam que as experiências humanas do passado se tornem inteligíveis para as pessoas que estão navegando no tempo presente. Por meio de uma série de atitudes epistemológicas que dão a narrativa sobre o vivido humano o status de conhecimento científico, o historiador escreve sobre o passado em três momentos temporais distintos:

- a) O tempo da prefiguração: nesse primeiro instante, o historiador irá coletar, interpretar e checar a plausibilidade da bibliografia especializada sobre seu objeto; os testemunhos e documentos enquanto rastros materiais da época estudada e aparar as arestas das suas hipóteses.
- b) O tempo da configuração: nesse momento da construção historiográfica, o vivido humano, situado no passado, ganha sentido porque é inserido em uma trama narrativa. Essa intriga almeja, por meio de esquemas intelectuais orientados para mediar às tensões entre documentação e enredo, contornar os silêncios que permeiam as relações entre presente e passado e tornar o outro inteligível.
- c) O tempo da refiguração: esse é a ocasião na qual o leitor recepciona o texto criado pelo historiador e, por meio da leitura que o estudioso realizou do passado, sua ótica sobre o que seja o presente e o passado são ressignificadas.

Dando continuidade a essa forma de pensar, na obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007), Paul Ricoeur insere na discussão sobre conceito de tempo outros elementos importantes. Para o autor, o historiador ao investigar o passado se depara com memórias dos traumas, de catástrofes, com ressentimentos e com o testemunho de diversas formas de tragédias humanas. Pondo em pauta que o ofício do historiador, quando orientado para imperativos éticos, se torna um trabalho de luto. Como sugere o filósofo:

A história, dizíamos então, encarrega-se dos mortos de antigamente de quem somos herdeiros. A operação histórica por inteiro pode então ser considerada como um ato de sepultamento. Não um lugar, um cemitério, um simples depósito de ossadas, mas um ato renovado de sepultamento. Essa sepultura escriturária prolonga no plano da história o trabalho de memória e o trabalho de luto. O trabalho de luto separa definitivamente o passado do presente e abre espaço ao futuro. (RICOEUR, 2007 : 506)

Assim, o trabalho de luto do historiador reconfigura o passado, coloca a questão da dívida histórica e moral entre mortos e vivos em discussão e abre expectativas para um futuro mais pleno, no qual os crimes e as formas de violência sofridas pelas pessoas no passado não se repitam. Quando o historiador atenta para a carga de intencionalidades que possui e o quanto elas afetam sua própria relação com seu objeto de pesquisa não está deixando de construir conhecimento, mas sim tomando consciência da dimensão humana de seu ofício. Esse senso de humanidade, ou sensibilidade, também presente no labor do escritor literário, encontra no plano textual um terreno fértil, pois se deve levar em conta que toda escrita, sendo antes de tudo, um artefato cultural, carrega implicações políticas.

Dentro de uma ótica comparativa, se citarmos o exemplo de algum literato que se compraz na história, no coletivo, a escrita da literatura cobra-lhe individualidade, à maneira peculiar de dar forma ao dizer; se o historiador expõe meramente suas ideias, a História cobra-lhe o coletivo, a sociedade. Contudo, nem um nem outro podem radicalizar em suas tendências mais gerais: se a história deseja o social, tentando apagar (o que é impossível!) da sua escrita o olhar que fisga a realidade, ela enfraquece o valor de seu “relato”, pois se torna unilateral – quer ser a verdade absoluta – e se a literatura deseja a linguagem – a forma burilada e esteticamente duvidosa –, fazendo disso seu

único fim, torna-se insignificante porque terá pouca importância pelo ponto de vista humano e social.<sup>3</sup>

A principal fragilidade dessa postura teórica e política que enfatiza demasiadamente a dimensão retórica do texto historiográfico já foi explicitada por intelectuais como Paul Ricoeur, Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Pierre Vidal-Naquet.<sup>4</sup> Cada um dos autores citados, a sua maneira, consideraram, de modo geral, que ao se pesquisar um tema polêmico e de dimensões tão desastrosas, em termos humanos – como o holocausto – vários mecanismos que visam dar equilíbrio as paixões e coerência as hipóteses levantadas pelo historiador são acionados antes mesmo da organização de suas conclusões em forma textual.

Em se tratando de uma análise da contribuição de Ricoeur ao debate sobre memória e história, Ginzburg ressalta que a discussão sobre o pensamento de Platão e Aristóteles que existe ao longo das páginas de *A memória, a história, o esquecimento* é indispensável para se poder realizar a distinção necessária entre os dois termos, pois foram esses pensadores gregos que primeiro se ativeram a refletir sobre os interstícios que situam-se na intersecção entre imagem e escrita; ausência e presença. Ricoeur coloca em diálogo o pensamento grego clássico com a historiografia renovada do século XX, que lhe foi contemporânea para, segundo Ginzburg (2009 : 18), no artigo *Memória e globalização*, poder explorar “a possibilidade de interpretar o traço (documentário,

---

<sup>3</sup> Dentro dessa perspectiva, cito as reflexões de Henry James quando o autor publica em 1884, o ensaio intitulado *A arte da ficção* (1995). Elaborado em um momento que a crítica estava dividida entre as duas correntes: a utilitária e a romântica, Henry James funda uma espécie de terceira via na qual a arte literária possui implicações morais, mas a sua construção é basicamente livre. Para este crítico literário e escritor do século XIX, o literato que não possui um senso aguçado acerca da realidade social e política que o cerca jamais irá escrever um bom romance.

<sup>4</sup> Em *A memória, a história, o esquecimento* (2007), Paul Ricoeur assinala que a memória das vítimas do holocausto é margeada por um sentimento de ressarcimento histórico, de dívida. Essa constatação levaria os historiadores tanto a respeitar o direito ao esquecimento, por parte das testemunhas, bem como a escrever sobre o holocausto respeitando várias diretrizes de ordem ética. O texto *Figuras retóricas e representações históricas*, de Roger Chartier, publicado na obra *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude* (2002), é bastante enfático ao afirmar que Hayden White não domina os procedimentos analíticos próprios da História enquanto disciplina, por isso sua visão puramente lingüística da historiografia torna suas considerações sobre estilo, holocausto e memória inócuas. Em *Uno Testis: o massacre de judeus e o princípio de realidade* (2007), Carlo Ginzburg sugere que se Hayden White teorizou sobre o relativismo nas Ciências Humanas como um princípio ligado a necessidade da tolerância com base nas ideias de Giovanni Gentile, sua postura é moralmente duvidosa pois Gentile – apesar de relativista – apoiou e contribuiu para a implantação do fascismo na Itália. Em *Os assassinos da memória*, de Vidal-Naquet, o historiador francês elabora várias críticas viscerais tanto as teses de Robert Faurisson, principal nome do revisionismo, quanto à atuação de White, no debate, que merecem ser lidas com atenção.

psíquico ou cerebral) como pontes entre memória e história, enquanto ligados a eventos sepultados no passado”.

Essa perspectiva assinala que a memória transita entre as razões do esquecimento e da justiça. Não basta tratar o testemunho histórico em sua fidedignidade – ou seja: averiguar se este é falso ou verdadeiro. É necessário também considerar a sua pertinência diante de questões políticas e morais. Ainda como sugere Ginzburg (idem : 19-20), os herdeiros e as vítimas dos crimes contra a humanidade, cometidos ao longo da história moderna do Ocidente – como o imperialismo, a Shoah e o *apartheid* – partilham da convicção que “a memória, contraposta ao esquecimento, tenha o poder de cicatrizar as feridas da história”.

Outra obra do filósofo francês que pode ser evocada para melhor esclarecer a relação entre filosofia e a escrita da história é coletânea de ensaios de Ricoeur chamada *História e verdade* (1968). Apesar de escrita em um momento intelectual no qual Ricoeur ainda não contemplava as discussões sobre memória e esquecimento, na citada obra temos toda uma gama de reflexões em torno da questão da objetividade no conhecimento histórico. De acordo com os postulados do autor, é preciso diferenciar os diversos regimes de verdade encontrados ao longo da recente história do Ocidente, pois essa categoria conceitual tanto foi imposta por meio da violência espiritual e política, quando os segmentos sociais dominantes almejaram preservar sua hegemonia, bem como pode ser concebida como uma esperança ontológica que pode guiar o historiador para o diálogo sempre aberto e franco, no qual os debates mais ásperos sejam comedidos e seja gestado um ambiente propício para a comunicação, para a pluralidade.

Novamente, a ponte que surge entre essa obra publicada, no Brasil, em 1968 e a recente *A história, a memória, o esquecimento* é a preocupação com o conceito de verdade ética. Esse conceito é gestado quando se leva em conta que o progresso científico está associado a uma interrogação virtual, porém indispensável para se evitar dogmatismos: o que deve ser feito para que tal progresso seja benéfico para a vida e para as pessoas? Segundo Ricoeur (1968 : 175), esse questionamento atesta o fato de “que a ciência do homem se inicia e caminha, esse mesmo fato atesta o poder de envolvimento mútuo do saber e da ética”.

Em relação à necessária distinção entre testemunho e documento, Ricoeur sugere que o testemunho histórico brota, primeiramente, da credibilidade que é depositada no

indivíduo que é o portador de um determinado relato memorialístico. Essa postura tem também uma implicação metodológica: o historiador irá verificar a plausibilidade do testemunho elaborando uma série de confrontações e problematizações entre o relato proferido pela testemunha com uma série documental mais vasta. Diferentemente do testemunho, que urge da necessidade das pessoas de lutar contra o esquecimento e o sentimento de finitude, os rastros documentais podem ser deixados nas areias do tempo de forma, inclusive, involuntária.

Essa comparação imprescindível entre as recordações de uma testemunha e os indícios deixados para trás em uma determinada época não deve ter como foco a história e memória. Mesmo que a palavra da testemunha não resista à operação historiográfica que submete os vestígios do passado ao regime do verdadeiro e do falso, do refutável e do verificável, esta não deixa de atribuir, como coloca Roger Chartier (2009 : 21), em *A história ou a leitura do tempo*, “uma presença ao passado”. Em outros termos, isso significa que as próprias ficções e distorções elaboradas pelos sujeitos históricos sobre o que vivenciaram estão envoltas em tramas de interesses que também possuem aspectos históricos. Ainda segundo Chartier, quando Paul Ricoeur postulou que a memória, embora seja distinta, é a matriz da história, atentou para a seguinte questão:

O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memória deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais. Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção do seu ser coletivo. A segunda se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável (...). (CHARTIER, op. cit. : 24)

Neste sentido, o filósofo francês realiza um exercício complexo de reflexão sobre a relação entre a realidade do passado com o nosso presente inacabado e as expectativas para o futuro. No terceiro tomo de *Tempo e narrativa*, Paul Ricoeur é bastante contundente quando, partindo de uma contestação ao conceito de descontinuidade presente na *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault, concebe que a possibilidade de uma ruptura brusca com o passado é possível somente no plano das epistemologias e, mesmo assim, “as rupturas epistemológicas não impedem que as sociedades existam de

maneira contínua em outros registros – institucionais ou outros – do que os dos saberes” (RICOEUR, 1997 : 375). Essa postura sofista ligada à oposição entre discurso e realidade social, tratada, sobretudo, como política, é refutada por Ricoeur, que propõe que a linguagem seja pensada nas condições sociais de seu exercício, ao invés de dissociada delas.

Ainda recorrendo a Paul Ricoeur, em sua crítica a noção de descontinuidade histórica, endossado por essa historiografia, dita pós-moderna, pode-se pensar que a própria linguagem, terreno preferido dos céticos para criticarem a historiografia, é ela própria um sistema de códigos no qual está contido toda uma tradição e relação de herança com o passado.

Assim, como exemplo de uma proposta epistêmica bastante diferente do ceticismo, a hermenêutica da consciência histórica proposta por Ricoeur (1997 : 390) está pautada, sobretudo, além das noções de tradição e herança temporal, na de rastro. O rastro seria uma marca que não deixa dúvidas em relação à continuidade entre presente e passado, designando “pela materialidade da marca, a exterioridade do passado, a saber, sua inscrição no tempo do universo”. A manipulação desses rastros pelo historiador para se tornarem fontes decifráveis, documentais, estaria ligada a necessidade humana da “crítica das tradições. Mas esta não é, afinal, senão uma variante no estilo da tradicionalidade”. Acerca dessas preocupações entre elaborar nexos plausíveis entre os rastros de uma tradição histórica e o presente, também se englobam questões como as políticas da justa memória e de dívida com o passado, além das tensões entre elaboração narrativa, consulta e hermenêutica das fontes, que, como já foi salientado, não são levadas a sério pelos céticos pós-modernos.

A urgência do pensamento de Paul Ricoeur para a reflexão sobre as motivações e a elaboração da escrita do historiador, em nossa contemporaneidade, é gritante. O século XXI inicia seu debate imerso em conflitos militares, étnicos, guerras urbanas e uma atmosfera propícia para a difusão de preconceitos, nutridos por uma minoria tirânica, que se originam na intolerância e no desrespeito com a diversidade humana. As imagens das pilhas de cadáveres e de escombros deixadas para trás pelo século XX têm de serem evidenciadas pelo historiador – por meio de sua escrita – para essa nova geração, no intuito de que nós, vivos, possamos coexistir em um presente mais suportável e um futuro mais justo.

## REFERÊNCIAS:

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. Figuras retóricas e representações históricas. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universitária/UFRGS, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Uno testis: o extermínio de judeus e o princípio de realidade*. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Memória e globalização. Tradução de Henrique Espada Lima. In: *Revista Esboços*. Vol. 16, nº 21, Florianópolis, UFSC, 2009.

JAMES, Henry. *A arte da ficção*. Tradução de Daniel Piza. São Paulo: Editora Imaginário, 1995.

LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François {et. al.}. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa: Tomo I*. São Paulo: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa: Tomo II*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa: Tomo III*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. *História e verdade*. Tradução de F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968.

REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricouer, Koselleck e nos Anales: uma articulação possível. In: *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *A História, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1988.